



BOLETIM DA

aepetASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRÁS

NOVEMBRO/91

EXTRA

A posição da AEPET

A AEPET vem participando ativamente de todas as discussões sobre Privatização. A avaliação do leilão da Usiminas — primeiro realizado — está sob judice, uma vez que ainda está tramitando na Justiça uma série de ações. Uma delas questiona, alternativamente, a inconstitucionalidade

da Lei 8031 e do Decreto 99.463. É uma ação abrangente preparada por nosso associado Júnio Malta Torres, que tem assessorado juridicamente a AEPET. Uma cópia da referida ação será enviada pela AEPET aos seus associados. Estamos solicitando a divulgação do seu texto.

A Pátria ameaçada

O sonho de gerações de brasileiros na construção de uma grande nação independente, livre e soberana está ameaçado. Pretende-se liquidar os fundamentos básicos imprescindíveis ao desenvolvimento econômico.

A venda da Usiminas não é a simples transferência de ações do patrimônio público a investidores particulares.

O Governo, na administração do Estado, deveria zelar pela soberania do povo brasileiro. Tenta enganar a opinião pública com caríssima campanha de propaganda (que todos nós pagamos), em projeto de *modernidade*, que fere o sentimento da nacionalidade. Procura-se fazer crer à opinião pública que o Estado é incompetente. Da incompetência do Estado à incompetência dos brasileiros, medeia o fio da navalha. Confunde-se Estado com Governo e com isto tenta-se confundir os brasileiros. A pretexto de um neoliberalismo, procura-se abrir os recursos e o trabalho de brasileiros à exploração internacional. Trata-se da revivência, em termos mais sofisticados, mas nem por isso menos brutais, da exploração colonialista.

A Constituição de 88, como o fizeram e fazem as grandes nações, assegurou aos brasileiros o domínio de suas fontes de energia, dos nossos recursos minerais e abriu caminho para nossa participação no avanço tecnológico.

A Usiminas é a primeira das grandes empresas estatais que está na mira dos interesses internacionais, não só porque ela seja das mais modernas usinas siderúrgicas do mundo, mas porque, com o seu controle e com o controle das outras, poderão conter o nosso desenvolvimento e impossibilitar a plena expansão da capacidade

criadora de nosso povo e a sua emersão, no século vindouro, como uma das nações mais poderosas do mundo.

Se o Parlamento e as elites conscientes da Nação cederem a Usiminas, estarão ameaçadas a Petrobrás a Eletrobrás, a Vale do Rio Doce, a Embratel, o Banco do Brasil e tudo o mais que o povo brasileiro construiu com dificuldades, obedecendo a uma visão estratégica de desenvolvimento e independência.

O brio nacional exige a nossa resistência e a do Congresso Nacional.

Para privatizar, é preciso separar o fundamental do acessório, o estratégico do que pode ser privatizado. Em qualquer caso, deve-se submeter às exigências da lei e da ética, mediante o pagamento adequado, e não por valores e meios contestáveis. Mas, nunca reduzir o Estado a proporções tais que o impeçam de agir com instrumentos eficazes na luta para reduzir nossas desigualdades sociais e regionais e garantir nossa independência.

Os bens públicos, acrescidos com os esforços de cada geração, constituem patrimônio que transcende do seu simples valor de mercado, para representar parte integrante da soberania e da dignidade do povo.

Temos o dever de os preservar e, assim, os deixar aos que vierem depois de nós.

Por tudo isso, e pensando que interpretamos os sentimentos honrados do povo brasileiro, conclamamos o Congresso Nacional a examinar, com urgência, seriedade e cautela, o projeto de desestatização pretendido pelo Governo.

Por amor ao Brasil.

Barbosa Lima Sobrinho
Presidente do Movimento de Defesa da
Economia Nacional — ABI
Albuíno Azeredo
Governador do Espírito Santo
Luiza Erundina
Prefeita de São Paulo
Marcello Alencar
Prefeito do Rio de Janeiro
Jaimer Lerner
Prefeito de Curitiba
Miguel Arraes
Deputado Federal (PSB-PE)
Waldir Pires
Deputado Federal (PDT-BA)
Pedro Simon
Senador (PMDB-RS)
Aureliano Chaves
Luis Ignácio Lula da Silva
Presidente Nacional do PT
Jamil Haddad
Presidente Nacional do PSB
João Amazonas
Presidente Nacional do PC do B
Leonel de Moura Brizola
Governador do Rio de Janeiro
Alceu Collares
Governador do Rio Grande do Sul
Haroldo Lima
Líder da Bancada do PC do B
Maurício Corrêa
(PDT-DF)
Vivaldo Barbosa
Líder da Bancada do PDT
José Carlos Sabóia
Líder da Bancada do PSB
José Genoíno
Líder da Bancada do PT
Roberto Freire
Líder da Bancada do PCB
Jair Meneghelli
Central Única dos Trabalhadores
Antônio Neto
Conf. Geral dos Trabalhadores
Canindé Pegado
Central Geral dos Trabalhadores

Os dinossauros e os murídeos na metáfora da venda da Usiminas

Mauro Santayana *

No caso da privatização da Usiminas o que está em jogo, como de resto, está em jogo em tudo, é um sentimento humano que anda vasqueiro nestes tempos e nestas geografias: a honra. Podemos discutir se é legítima ou não a presença do Estado na economia e, sem prejuízo da honra, defender o mais exacerbado dos liberalismos, o mais anacrônico dos lemas associados ao *laissez-faire* do século XIX. Podemos, embora seja um pouco mais difícil, defender a internacionalização da economia, com o fim de todas as fronteiras, e, ainda assim, não abdicar da honra. Quando, no entanto, defendemos a venda de um patrimônio da coletividade a preços favorecidos e em moeda de controvertido valor, a coisa começa a ficar um pouco complicada.

Mas não é só. Quando homens do governo, e parlamentares por todos os outros títulos e conduta política, tidos até então como cidadãos respeitáveis, chegam à tribuna e se apresentam pela televisão, ameaçando-nos com o caos, se não nos curvamos à exigência estrangeira, só podemos sentir vergonha.

Trocando em miúdos: os nossos credores nos obrigam a vender os ativos reais, a fim de facilitar o pagamento dos débitos, e os altos funcionários do governo, transformado, por via da chantagem, em seu porta-voz frente à sociedade, repetem: deixem-nos dar-lhes o que querem ou, do contrário, passaremos fome.

A sociedade brasileira, no que ela é mais autêntica, ou seja, nos 100 milhões de trabalhadores que, mal, mal, sobrevivem, poderia retrucar que temos secularmente cedido às chantagens dos credores internacionais e que só nos desenvolvemos com algum vigor nos períodos em que, fosse pela conjuntura internacional, fosse pela reação viril de nossos governantes, não lhes demos ouvidos. Não se ameaça com a fome a quem já se encontra a ela acostumado.

É constrangedor que fatos políticos como o fracasso do capitalismo de Estado nos países da Europa Oriental sirvam de desculpas para o desmonte ético a que estamos assistindo. De duas, uma: ou a União Soviética exercia inestimável papel moralizador no mundo, garantindo-nos, aos países do Terceiro Mundo, a prática de alguma soberania, ou esses defensores da entrega nunca tiveram convicções. Eram, como pensam ser hoje, meros oportunistas.

Um parlamentar pelo Rio de Janeiro, eleito defendendo teses exatamente opostas, ocupou ontem grande espaço destinado ao debate nacional em jornal de São Paulo chamando aos nacionalistas *dinossauros*. Se alguém se dispusesse a dar-lhe resposta em sua mesma linguagem, poderia dizer que é preferível pertencer a uma espécie considerada extinta, a aparentar-se

moralmente a outras, tenazes em sua resistência, como as dos murídeos ou dos cricetídeos. Os dinossauros, como se sabe, eram grandes herbívoros. Não eram pequenos roedores.

A coisa é simples demais. Ninguém pode ser contra a privatização da Usiminas, nem de qualquer outra empresa estatal. A sociedade quer um sistema econômico eficiente, que produza empregos, permita o enriquecimento nacional e favoreça a soberania do povo sobre o seu território. Mas privatizar é transferir do Estado para mãos particulares. Ora, quem é o Estado? O que é o Estado? O Estado é a organização do poder nacional. Tudo o que pertence ao Estado pertence à Nação. Pertence a todos nós. As ações da Usiminas, que são do Estado e constituem a maioria garantidora do controle acionário, são de todos os brasileiros e não pertencem mais a um ou mais a outro. Tanto o recém-nascido que esteja agonizando de fome nos sertões do Piauí, como o mais rico dos brasileiros têm a mesma participação nos bens nacionais comuns, entre eles o pacote majoritário da empresa de Ipatinga. Se defender o interesse desses brasileiros é ser dinossauros, sejamos dinossauros. Pouco importa se essa atitude é, como derivada da honra, uma reminiscência fóssil. Há animais mais leves e mais delicados, além dos murídeos, com os quais não vale a pena assemelhar-se.

O problema é que não se trata de uma privatização amparada pela lei, nem pela compostura.

Trata-se de um negócio que beneficiará poucas pessoas, jurídicas e físicas, nacionais e estrangeiras. Como ficou exaustivamente demonstrado pela Procuradoria Geral da República, a alienação da Usiminas em troca de títulos da dívida agrária, de títulos da dívida externa, de créditos de empresas públicas e até mesmo de debêntures sem aval do Tesouro Nacional é claramente inconstitucional. Sabe-se que a auditoria do Tribunal de Contas da União realizou exaustiva análise do problema em Belo Horizonte, concluindo pela ilegalidade do ato. Mas um dos ministros do TCU, ao relatar a questão, concluiu que devia prevalecer o *interesse nacional*. Interesse nacional, de que *nação*? Interesse nacional é uma locução vaga e subjetiva. Os traficantes de cocaína da Colômbia e da Bolívia podem provar, com números e argumentos, o interesse nacional em produzir e exportar a droga, sobretudo porque, com raras exceções, a consomem em forma do alcalóide concentrado, mas nem por isso os governos daqueles países podem aceitar como atos de boa ética os que se relacionam com esse nefando comércio. No nosso caso, a situação é, do ponto de vista objetivo, ainda mais clara. Não seremos nós a lucrar com a venda da grande usina siderúrgica, na forma, pelo preço e com o tipo de moeda utilizado — mas os compradores estrangeiros. E se há alguns brasileiros que lucrarão com as comissões, com a compra

e a venda de títulos da dívida agrária e títulos da dívida externa, sem falar nos adquirentes de créditos junto ao governo e de debêntures emitidas por empresas hoje extintas, a sua ética é a mesma ética de don Pablo Escobar. Se, nos negócios da droga, há quem morra de *overdose*, em negócios como esse, o resultado, a prazo médio e a prazo longo, é o da miséria de um povo inteiro.

Nas próximas horas será decidida a sorte do leilão, marcado para o dia 24. No estrito cumprimento de seu dever, a Procuradoria Geral da República procura chamar a atenção dos responsáveis pela inconstitucionalidade do ato. Os juristas, como se sabe, ainda que se sensibilizem pelos fundamentos éticos de qualquer pendência, costumam atuar no estrito respeito à lei, tal como a sua inteligência pode interpretá-la.

Nesse caso (e nem sempre isso ocorre) coincidem a lei, o bom senso, a ética e o patriotismo. Se a livre iniciativa, entendida como entrega dos setores estratégicos da economia aos estrangeiros, favorecesse o desenvolvimento econômico, já estaríamos no tal Primeiro Mundo há décadas. No início deste século, em uma operação que muitos ainda aplaudem, o governo Campos Sales entregou tudo o que havia (incluía a renda de alguns tributos) aos credores estrangeiros. O resultado foi uma recessão brutal, de que fomos mais ou menos salvos historicamente pela Primeira Guerra Mundial. Foi o tempo em que vendemos os serviços telefônicos do Rio de Janeiro, as poucas usinas hidrelétricas e os sistemas de distribuição de energia, mais tarde, depois de sucateados, recomprados das empresas estrangeiras pouco antes de vencerem os contratos de concessão. Quando lhes interessa, compram. Quando não lhes interessa, vendem. Mas sempre lucram.

É difícil evitar a emoção quando se trata de defender os interesses reais de uma nação diante da maroteira, do esbulho, da alienação e, mais do que tudo, da falta de vergonha cívica de pessoas nascidas no mesmo chão, que falam a mesma língua e, o que é pior, dizem servir ao País.

Tudo está claro. Alguns sujeitos andaram comprando títulos da dívida agrária por um quinto de seu valor real. Outros compraram títulos da dívida externa a 30% de seu valor de face. Outros ainda arrecadaram, na bacia das almas, títulos de dívida de empresas públicas e documentos de crédito (alguns controvertidos) emitidos por órgãos da administração direta e indireta do Estado. Contrariando a Constituição e as leis, o Executivo, exorbitando da autorização do Congresso para proceder à privatização, decidiu que tais papéis serão aceitos como moeda somente no leilão da grande empresa. E os que denunciaram a maroteira são chamados de dinossauros. E os corretores desta negociata? De que devemos chamá-los?

* Jornalista e escritor